



ISSN: 2230-9926

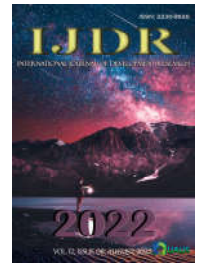
Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*

Vol. 12, Issue, 08, pp. 57863-57871, August, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24892.08.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## DO SIMPLES AO COMPLEXO: A METAMORFOSE DO TERRITÓRIO INDÍGENA DAS BARREIRAS DAS MISSÕES NO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AM

Cleimison Fernandes Carioca\*<sup>1</sup>, Eubia Andrea Rodrigues<sup>2</sup>, and Máximo Alfonso Rodrigues Billacres<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Geografia Pela Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Tefé

<sup>2</sup>Mestre em Geografia, Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas UEA/CEST – GTGA/UNIR

<sup>3</sup>Doutor em Biotecnologia, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas UEA/CEST

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 08<sup>th</sup> June, 2022

Received in revised form  
23<sup>rd</sup> June, 2022

Accepted 17<sup>th</sup> July, 2022

Published online 17<sup>th</sup> August, 2022

#### Key Words:

Território; Territorialidade indígena;  
Capitalismo; Reestruturação.

#### \*Corresponding author:

**Idiberto José Zotarelli Filho**

### ABSTRACT

O presente artigo propõe fazer uma reflexão sobre as mudanças no território e no padrão de vida dos moradores da terra indígena da Barreira das Missões, devido o avanço das forças capitalistas através dos grandes objetos/projetos, e as transformações ocorridas com o tempo e as condições humanas estruturadas nesse processo. O objetivo da pesquisa foi compreender através de um olhar geográfico como se deu a reestruturação do espaço e do território a partir da implementação da estrada da EMAD. Para tanto foi necessário interpretar os conceitos de território e espaço; identificar as principais práticas capitalistas presentes nas comunidades; descrever as principais mudanças espacial, econômica e no transporte que levaram a reestruturação do território. Para a investigação, coleta e análise de dados do tema proposto utilizou-se o método observacional e o materialismo histórico dialético, como elementos na elaboração e realização da pesquisa, uma vez que o diálogo entre sujeito e objeto, permite um resultado mais consistente. Na categoria território, foram utilizadas três compreensões, onde estão compostas múltiplas dimensões, destacou-se as divisões simbólicas, judicial e a territorial, para a identificação dessas territorialidades, bem como seu processo de ocupação dessa determinada área ao longo do tempo. A partir do estudo pode-se afirmar que a Terra Indígena sofreu uma metamorfose ao longo da história, sobretudo a partir da implementação da estrada da EMAD em 1982, em consequência as comunidades dentro da terra indígena foram sendo reorganizado de maneira diversa, atendendo aos reclames da produção do capital.

Copyright © 2022, Cleimison Fernandes Carioca et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

**Citation:** Cleimison Fernandes Carioca, Eubia Andrea Rodrigues, and Máximo Alfonso Rodrigues Billacres, 2022. "Do simples ao complexo: a metamorfose do território indígena das barreiras das missões no município de tefé-am", *International Journal of Development Research*, 12, (08), 57863-57871.

## INTRODUCTION

Desde a antiguidade, a relação da espécie humana com o meio natural se caracterizava por meio da própria capacidade de sobrevivência da espécie, na medida em que ela estava sujeita aos produtos coletados e da caça para sobreviver, com o tempo esta relação passou a se basear em princípios religiosos e mitológicos, onde cada vegetal, espécie, córrego ou montanha tinha seu próprio espírito protetor (Moran, 1946). Passados alguns séculos, a postura do homem passou a ser diversa. Agora confiante no progresso tecnológico e nos avanços sobre o entendimento da morfologia da terra e seu funcionamento natural, o homem assume ostensivamente a posição de domínio, achando-se capaz de controlar, transformar e diferenciar os recursos naturais de acordo com suas vontades, diversas vezes nomeadas como necessidades.

No século XIX, esta relação do homem com a natureza ganha uma nova dinâmica, pois a sociedade começa a experimentar um elevado índice de consumo de bens e a consequente industrialização dos mesmos, a natureza é concebida como um recurso a ser explorada, a tecnologia está a serviço do capital, voltada para a produção de mais-valia e lucro, por meio do aperfeiçoamento das técnicas. Há um aumento da quantidade de matéria-prima transformada, que destrói as florestas causando efeitos negativos sobre os recursos naturais, foi assim nos grandes centros urbanos e se refletiu também nas áreas rurais. Esse processo de industrialização e transformação da natureza causa uma metamorfose no espaço e território. Ao se falar em metamorfose como propósito o tema, temos que ter em mente as inúmeras transformações simples e complexas que ocorreram ao longo do tempo, sobretudo a partir do ano de 1982 com a implementação da Empresa Amazonense de Dendê. Nessa conjuntura, para não cair em um discurso amplo e sem fundamentos, se tem como ponto base a teoria do professor Milton Santos (2014) e Souza (2015), onde

imbuído e envolto desses conceitos de espaço geográfico, associando-o à evolução das técnicas e às noções de objeto e de ação, compreendidos enquanto sistema, dentro de uma compreensão de “fluxo” e “fixo”. Dentro dessa perspectiva o sistema de objetos cria necessidades que resultam no sistema de ações, e os fixos e fluxos para compreender de que maneira estes elementos podem ser agentes transformadores do espaço. Nesses termos, a pesquisa teve como finalidade propor uma reflexão sobre as mudanças no padrão de vida dos moradores da terra indígena da Barreira das Missões, e suas transformações provocadas pela implementação de um grande objeto/projeto, bem como nas transformações ocorridas com o tempo e as condições humanas estruturadas nesse processo. A investigação propõe compreender através de um olhar geográfico como se deu a reestruturação do espaço e do território a partir da implementação de um grande projeto, “Estrada da EMADE”. Para tanto foi necessário interpretar os conceitos de território e espaço; a partir disso identificar as principais práticas capitalistas presentes nas comunidades intensificadas pela Empresa Amazonense de Dendê (EMADE); descrever as principais mudanças espacial, econômicas e no transporte que levaram a metamorfose desse território. No seu método científico de abordagem para as bases lógicas da investigação, foram utilizados o método observacional e o materialismo histórico dialético, pois segundo Prodanov (2013, p. 34) “é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico”. Nessa compreensão são levados em conta os processos de transformação da paisagem provocada pela ação humana com destaque para, a cultura e o território, no contexto humano foram analisados as formas e apreensão dos recursos naturais por parte da comunidade ao longo do tempo. Na categoria território, foram utilizadas as três compreensões apontadas por Haesbaert (2004), onde estão compostas múltiplas dimensões, com destaque as divisões simbólicas, judicial e a territorial, para a identificação dessas territorialidades, bem como seu processo de ocupação dessa determinada área ao longo do tempo (Carioca, 2021, p. 01). Desde a primeira expedição no século XVI, o território Brasileiro tem sofrido invasão, ocupação e exploração do seu solo e recursos naturais, essa exploração<sup>1</sup> foi e é determinante para as transformações radicais que os povos originários passam no decorrer de sua história. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantes e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra.

Na atual conjuntura, o capitalismo vem avançando sobre a Amazônia por meio da agropecuária e grandes projetos apoiados pelo Estado, são estradas, rodovias, base de exploração de petróleo e gás, pontes e etc. A implementação desses projetos causa grandes impactos na flora e fauna, esses são como uma fera, quase indomável, motoserras e tratores fazem parte de programas oficiais de devastação, esses projetos ostentam diplomas de “certificação verde” que após suas devastações, na tentativa de recompensar os danos implementam projetos de “auto sustentabilidade” na Amazônia. Segundo Carioca (2021)<sup>2</sup>, quem vivenciou a devastação em décadas passadas, sobretudo na região norte, tem razões de sobra para prever novas catástrofes ambientais, atingindo particularmente os territórios indígenas como a contaminação do solo, da água e do ar com seus produtos químicos. As mineradoras e companhias de petróleo estão afiando suas unhas para cavar cada vez mais fundo e mais rápido, no intuito de atender a demanda de commodities do capital internacional intensificado pela guerra. Os grandes proprietários dos meios de produção aproveitam-se atualmente do momento de crise para explorar os recursos naturais e acumular ao máximo seu capital. Esse seleto grupo faz pressão sobre o Congresso Nacional para que seja regulamentada a exploração mineral em terras indígenas. Hoje a Amazônia vive uma dicotomia, de um lado, os interesses dos povos originários do outro, os interesses do agronegócio e o capital

<sup>1</sup> Exploração: Segundo Dicionário Priberam. Tirar proveito financeiro de uma terra ou área, buscando seus recursos naturais. Ou conjunto das áreas ou regiões que foram exploradas.

<sup>2</sup> A reestruturação da Terra Indígena da Barreira da Missão, no Município de TEFÊ/AM.

internacional. Com base nas ações governamentais e sua aproximação com o neoliberalismo, torna-se de extrema importância o papel da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para diminuir inúmeros conflitos e exercer seu papel constitucional de identificar, demarcar e monitorar terras indígenas, mas também é de responsabilidade do órgão indigenista prestar apoio e proteção social.

## METODOLOGIA

Os métodos utilizados no desenvolvimento de uma pesquisa são de suma importância para a elaboração, evolução e concretização da pesquisa na sua sistematização. A metodologia apresentada nesta pesquisa visou compreender, descrever, investigar e identificar os principais elementos que causaram a reestruturação da Terra Indígena das Barreiras das Missões. Para a investigação, coleta e análise de dados do tema proposto pela pesquisa, seguiram algumas abordagens e métodos um deles foi à pesquisa bibliográfica, onde foi utilizado o “Google acadêmico” para identificar todos os estudos já publicados referentes à temática proposta. Esta análise documental principiou com a seleção de quatro palavras-chave: Território, óleo de palma, territorialidades indígenas, Capitalismo. Uma análise de conteúdo dos 26 estudos e documentos selecionados entre eles artigos, documentos e papéis de pesquisa, a partir dos resultados foi identificado um conjunto de ideias chave que caracterizam as percepções e avaliações de diferentes atores. Em relação às veredas para o desenvolvimento da investigação foram utilizados o método observacional e o histórico dialético. Nessa compreensão são levados em conta os processos de transformação da paisagem provocada pela ação humana como, a cultura e o território, no contexto humano analisa-se as formas e apreensão dos recursos naturais por parte da sociedade ao longo do tempo. Na terra indígena das Barreiras das Missões residem 859 habitantes, distribuídos em 203 casas segundo o IBGE (2010). Onde a maioria dos seus moradores apresentam características genotípicas<sup>3</sup> e fenotípicas<sup>4</sup> que os identifica como descendentes de indígenas. Devido à pesquisa possuir um caráter observacional e descritivo da morfologia e da dinâmica da comunidade e dos elementos e causas que levaram a comunidade sofrer uma reestruturação, a amostra humana por meio de entrevista dialogadas foi reduzida apenas para os líderes das quatro comunidades. A partir das informações obtidas foi feita a análise dos dados, a qual se baseou na teoria do materialismo histórico-dialético, ajudando a compreender como a Empresa Amazonense de Dendê, através da implementação da estrada da EMADE provocou a reestruturação do território da comunidade, visando à demanda da empresa criando uma nova dinâmica social, como uma forma de manutenção do sistema.

**Localizações da Área de Pesquisa:** Conforme estudo desenvolvido por Carioca (2021) a Terra indígena da Barreira da Missão está localizada no município de Tefê, na margem direita do Paraná do Panamin. Ela possui 1.772 ha e 859 habitantes, sendo composta oficialmente por três etnias - TICUNA, CAMBEBA e COCAMA-distribuídas em quatro aldeias vizinhas chamadas Barreira de Cima, Barreira do Meio, Barreira de Baixo e Betel (FIGUEIREDO, 2008).

A terra indígena foi criada a partir do decreto n° 303, de outubro de 1991, e possui uma área aproximada de 17.8 m<sup>2</sup> com perímetro aproximado de 17,408. O domínial indígena da Barreira da Missão está localizado no município de Tefê, na margem direita do Paraná do Panamin, cerca de 30 km de estrada do centro urbano mais próximo e levando cerca de quarenta minutos para chegar por via fluvial. Como mostra a carta imagem abaixo;

Atualmente segundo (IBGE, 2010), no município de Tefê-AM, a população autodeclarada por situação do domicílio corresponde um total de 1,054 indígenas, sendo que 225 desses indígenas residem na zona urbana, e um total de 829 residem na zona rural. Dessa

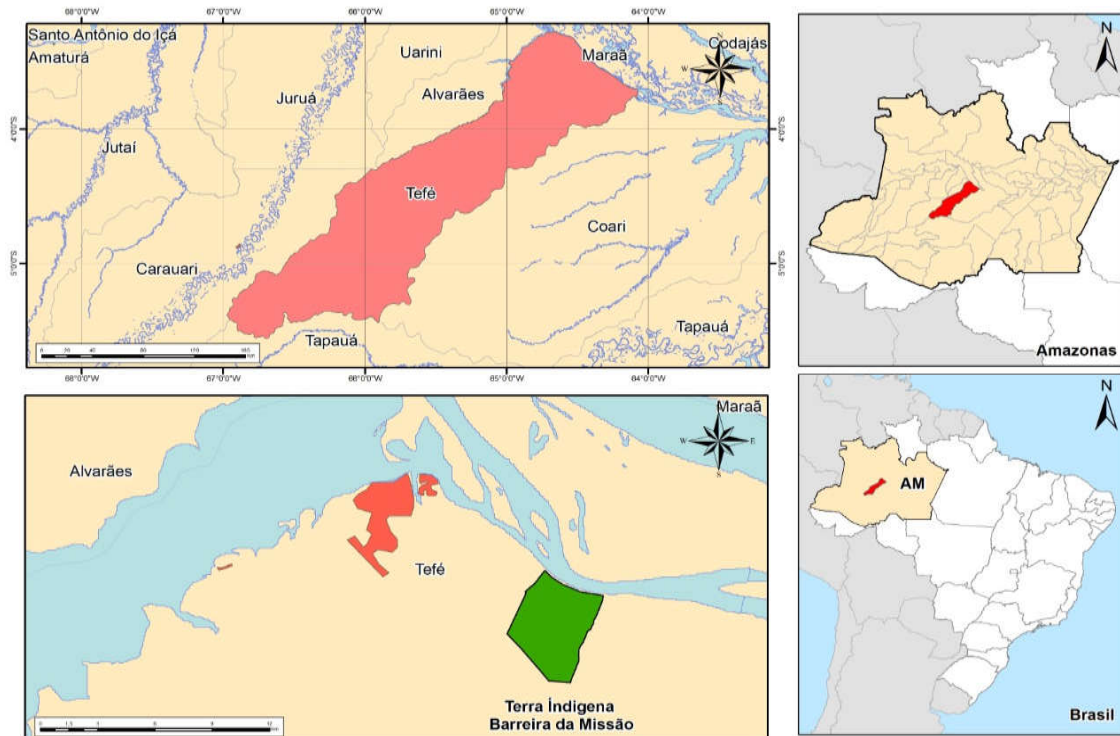
<sup>3</sup> Genotípicas. Segundo Dicionário Barsa: Constituição hereditária de um indivíduo ou grupo de indivíduo com a mesma constituição genética.

<sup>4</sup> Fenotípicas. Conjunto de características aparentes ou observações de um organismo, produzidas pela interação de suas heranças genéticas com o seu ambiente.

totalidade apenas 764 residem na terra indígena das Barreiras das Missões, e estão distribuídos em quatro comunidades, a Barreira de Baixo, Barreira Meio, Barreira Cima e Betel. Há também a presença de moradores não indígenas nas comunidades. Ressalta-se que esses dados são dinâmicos e variáveis, pois há uma migração pendular intensa dessas pessoas com outras cidades vizinhas.

para a aldeia dos índios Tupebas, a qual deu o nome de Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas ou Tapibás. (QUEIROZ,2015, p. 60). Outra premissa que nos leva a afirmar a aurora do nome da aldeia, está transcrita nos grifos de Raimundo Santos, em que:

Relata que em 1688, quando o Padre Samuel Fritz, ardoroso defensor dos interesses da Espanha na Amazônia, organizou as



Fonte dos dados: (IBGE, 2010). Org.RABELO, F.D.B. 2021.

**Figura 1. Carta Imagem da localização da Terra Indígena da Barreira das Missões**



**Figura 2. Localização da Empresa Amazonense de Dendê**

Sobre a gênese do nome da comunidade, encontramos os primeiros relatos transcritos na Carta Régia, de 21 de dezembro de 1686, Portugal criou o Regimento das Missões. Pelo regimento competia ao missionário à administração, controle da Missão, o recrutamento da mão-de-obra, os descimentos, guerras justas, resgates e agarrões. A Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Axiuaris foi transferida por Frei André da Costa, missionário português, em 15 de outubro de 1718,

missões entre os povos indígenas na Amazônia, fundou uma aldeia a qual deu o nome de Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Axiuaris. (2012, p. 57).

Considerando os argumentos pode-se concluir que a denominação das Barreiras das Missões está diretamente relacionada com a ocupação da terra do município de Tefé, que por sua vez está intimamente ligada à

catequese realizada tanto por missionários jesuítas, como os carmelitas, funcionários pagos pelos governos da Espanha ou Portugal.

**Detalhamentosdo Objeto/Projeto:** Conforme pesquisa desenvolvida por Carioca (2021)foi constatado que a Estrada EMADE surgiu a partir da criação de um projeto com parceria entre o Governo Federal e Estadual, esse plano tinha como objetivo introduzir investimentos financeiros na Amazônia através da produção de dendê. Segundo Queiroz, a empresa se estabeleceu “No ano de 1982, ainda no mandato do prefeito Manoel Armando Retto”(2018, p.187).Como mostra a carta imagem;

De início o projeto visava cultivar as palmáceas apenas em áreas já degradadas no município de Tefé-Am. Nesse contexto Faulhaber, argumenta que:

[...] Governo do Estado do Amazonas e o Governo Federal, através do qual se obteve um empréstimo do Banco Mundial da ordem de US\$ 35.000.000 para a plantação de 500 ha de dendê e instalação de uma usina de óleo de dendê. (...) a partir da implementação da empresa, em 1982, já foram investidos US\$ 5.000.00. (1987, p. 95).

Ao ser implementado a empresa pretendia utilizar mão de obra local pagando um salário mínimo como regulamentação a Consolidação das Leis do Trabalho. Essa prática tinha como objetivo. Segundo(Faulhaber 1987, p. 94).

[...] a transformação dos empregados em pequenos proprietários, através da doação de 7 a 10 há para plantação de dendê, além de 7 há para a cultura de subsistência. A EMADE tem como meta futura retirar-se do processo, deixando tudo na responsabilidade dos pequenos produtores.

A produção de dendê se destinava primordialmente ao óleo comestível e matéria-prima para a indústria, e secundariamente em combustível, a tendência nesse tipo de produção é a transformação da região em um grande polo de riqueza, essa prática provoca a concentração financeira e fundiária, comum do sistema capitalista. Além de causar a centralização e ampliação do mercado de terras, promovendo sua desvalorização e a modernização do processo produtivo Faulhaber (1987). As mudanças na organização do espaço causaram a ruptura do antigo modo de produção da comunidade, que antes era baseado na produção de alimentos básicos, com ênfase na farinha de mandioca. Nesse sentido, a forma como o espaço foi produzido e está organizado é um indicador importante no processo produtivo que ali desenvolveram em determinado momento da história. Desse modo, o espaço aparece como um componente do processo de produção e reprodução do capital.

**A produção e apropriação do espaço do município de tefé-am e da barreira das Missões:** De acordo com a pesquisa desenvolvida dentro do Programa de Iniciação Científica (PAIC), foi possível constatar que as pequenas e médias cidades da Amazônia têm suas peculiaridades formas de uso e ocupação do solo tanto urbano quanto rural, são moradias construídas em locais próximos aos rios e as margens da floresta, e estão sujeitas as dinâmicas da natureza, e períodos sazonais de “cheia” e “seca” dos rios, e sobrevividas coletas de frutos, extração de seivas, da caça e pesca. O processo de produção e apropriação do espaço no estado do Amazonas foi intensificado na década de 80, com o Programa de Integração Nacional do governo Federal, “esse projeto de alcance econômico de longo prazo, mas de capitalização política de curto prazo” (BETING, 1973, p. 251), foi criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 (BRASIL, 1970 C), com o objetivo de implementar obras de infraestrutura nas regiões norte e nordeste, visando promover sua mais rápida integração à economia nacional. Esse processo de produção e apropriação envolveu vários agentes como: pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, migrantes de outros Estados, caboclos e povos indígenas. Além desses já supracitados tem o capital privado, as empresas, o capital financeiro e as multinacionais, esses ligados as ações do Estado, são os que mais produzem espaços na Amazônia. Nesse contexto Oliveira, afirma que,

O espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único. Ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento recente para a região, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: de um lado, as ilhas de luxo, riqueza, bem-estar, e de outro, os arquipélagos de extrema miséria. (1999, p. 203).

A fixação de uma empresa em parceria capital/Estado é comum no Amazonas, esse assentamento proporciona desenvolvimento e avanços estruturais ao mesmo tempo em que concomitantemente provoca exclusões sociais e espaciais através das relações capitalistas inseridas.Vale pôr em

evidência que os espaços produzidos em parceria capital/ Estado, na maioria das vezes estão ligados a interesses externo, sejam na extração de recursos naturais daquela região ou por projetos de preservação ambiental. Para terem aprovação dos moradores dessas localidades esses espaços ou objeto se apresentam muitas vezes como algo inovador, proporcionando aos moradores dessas locais rendas, infraestruturas, transportes, saúde dentre outros serviços. Em relação à produção e apropriação do território tefeense, Queiroz (2015), afirma que, “esse território era habitado pelos povos Nuruauques, Cauixanas, Jumanas, Passés, Uainumas, Catuquinas, Jamamadis, Pamanas, Juris, Jurimaguas, Tupebas ou Tupibás”. Todos esses povos indígenas dividiram a terra do atual município até a invasão europeia. Mais foi em 1755 segundo Queiroz;

Durante o governo de Joaquim de Mello e Póvoas que perdurou até 1760 sob instruções reais de Mendonça Furtado de 5 e 6 de junho de 1755 que elevou para a vila as povoações do Amazonas adotando nomes portugueses, como Santa Tereza de Tefé que passou a chamar vila de Ega.(2015, p. 60).

De acordo com Queiroz (2015) foi constatado que após a destruição do povoado decorrente da peleja entre portugueses e espanhóis foi reconstruída por Frei André da Costa o verdadeiro fundador do que seria reconhecida pelas instruções reais de 5 e 6 de junho de 1755 como vila de Ega. No entanto, só em 15 de junho de 1855 com a Lei nº. 44 foi conferido a Tefé o título de cidade. Neste período, Tefé possui sete casas de telhas e 94 cobertas por palhas, uma igreja espaçosa com carência de reparos, a paróquia possuía 1.894 habitantes, apenas a vila contava com 400 pessoas.Nesse período a cidade possuía uma extensão territorial de grandes proporções, em torno de 500.000 Km² QUEIROZ, (2015, p. 86).Ao longo de dois anos o território tefeense sofreu vários desmembramentos para criação de outros municípios, atualmente possui uma extensão territorial de 23.704,475 Km²(IBGE, 2010), com a população 61.453 pessoas, segundo censo 2010. Conforme estudos da antropóloga Priscila Faulhaber Barbosa (1998), sobre a ocupação e a apropriação do atual território das Barreiras das Missões, estão relacionados a migrações inter-regionais, os povos que “residem lá estavam antes situados no alto rio Solimões, e foram forçados a descer o rio nos anos 60 devido a uma grande cheia ocorrida naquela época”. Os mesmos instalaram-se próximo ao centro urbano de Tefé, onde podiam conciliar sua economia rural com os serviços oferecidos pelo município.

A área atual da Terra Indígena das Barreiras das Missões pertencia à Prelazia de Tefé,Faulhaber (1998, p. 36) relata que;

Na Barreira de Baixo, estava sediado um grupo de Cocamas vinculados à irmandade da cruz, um movimento religioso de inspiração messiânica com grande influência entre Ticunas e Cocamas do alto Solimões. Na Barreira do Meio estavam os Cambebas e Ticunas, que eram “crentes” pentecostais, e acima, no terreno contíguo à Missão, vivam os católicos.

Percebe-se que na época atual a igreja ainda tinha uma relação estreita com o território, no entanto naquela ocasião, a prelazia de Tefé havia vendido um lote de terra à Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), ameaçando a posição dos indígenas. Diante disso, alguns padres ligados ao Centro Indigenista Missionário (CIMI) deram apoio para que eles procurassem a FUNAI para pedir a demarcação da área como terra indígena. A solicitação foi feita em 1987, mas somente em 1991 a demarcação foi homologada. A divisão territorial entre as comunidades são territorialidades distintas, os líderes indígenas de cada comunidade afirmam que é apenas administrativa. No entanto, durante a pesquisa constatou-se que essa divisão de terras surgiu a partir de vários conflitos entre as comunidades, os principais deles foram sobre o uso da terra e coleta de frutos advindo da floresta.

**Análogos e alteridades das comunidades indígenas as práticas capitalistas vigentes:** A Ciência Geográfica na contemporaneidade apresenta uma proposta que amplia as formas de ver o mundo e o homem através de novos padrões e perspectivas, buscando entendimento sobre os modos de vida do homem, utilizando-se de suas categorias de análises tempo e espaço que são reguladas pela interferência humana. No que tange o espaço Milton Santosargumenta que;

O espaço se opõe através das condições que ele oferece para produção, para circulação, para a residência, para comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condições de viver bem. (...), mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. (2014, p. 55).

Nesse contexto, Milton Santos (1988) diz que o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. É importante ressaltar que os fenômenos ocorridos na

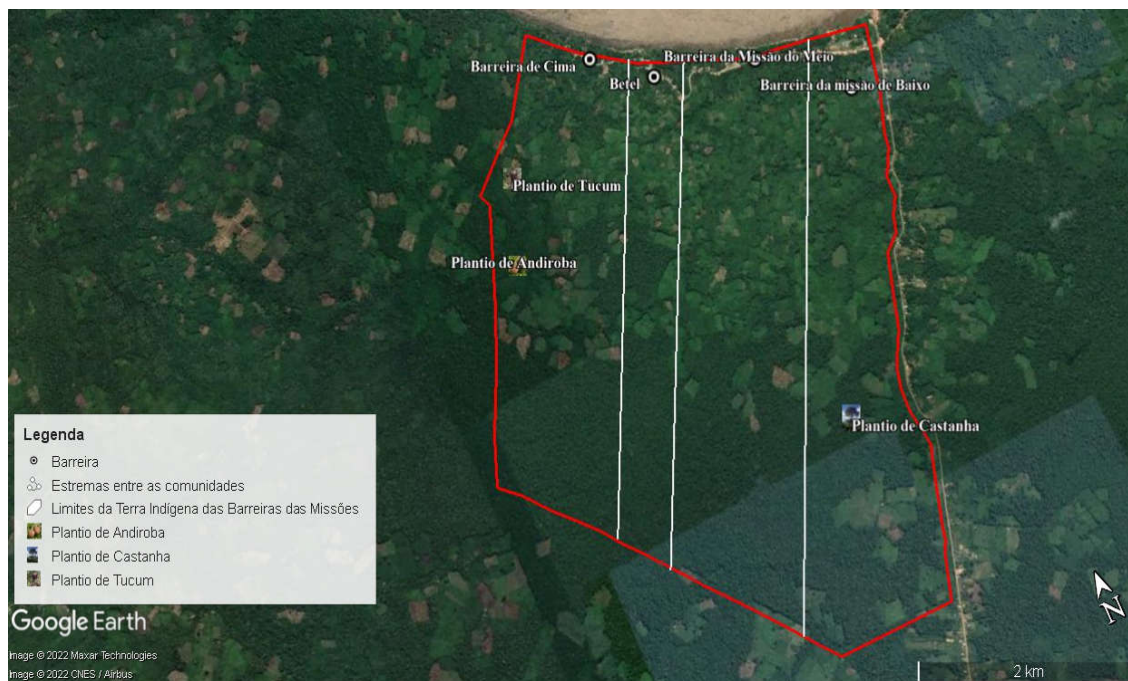
atualidade são resultados da junção dos processos passados e presentes. A partir desses argumentos podemos entender que o desenvolvimento humano ocorre pela transformação da natureza, em que o homem redefine aquele espaço e transforma em território e posteriormente constrói suasterritorialidades. Relações territoriais essas expressas no território, quando se chegam às comunidades. No presente momento há duas maneiras de se chegar a TI da Barreira das Missões, pela estrada da EMADE e pelo Rio Solimões. Quando se vai pela estrada ao chegar à terra indígena das Barreiras das Missões, a primeira comunidade a ser vista é a Barreira de Baixo, logo na sua entrada existe um portão feito de ferro e guardas comunitários fazendo o registro de entrada e saída de pessoas e veículos, além de informar o horário de entrada e saída, essa prática assemelha-se com regras e restrições de acesso de grandes empresas. À medida que os visitantes adentram na comunidade da barreira de Baixo e do Meio percebe-se que a comunidade possui uma infraestrutura impa em relação às outras, com uma rua asfaltada e calçamento. É possível notar também algumas placas de vendas de cosméticos nas casas, essas propagandas através de placas, materializam a presença de empresas no território indígena, isso caracteriza uma das práticas mais comum do capitalismo comercial, a venda de produtos e serviços para obtenção de lucro.

Outro elemento que caracteriza um rompimento no padrão e no consumo dos aldeados impulsionado pela intensificação dos hábitos capitalista na comunidade é o lixo produzido pelos comunitários, este tem uma estreita semelhança com a cidade, pois foi observado: fraldas descartáveis, inúmeros enlatados, televisores, garrafas pet dentre outros. Esse tipo de resíduos é típico da vida urbana impulsionada pelo capitalismo comercial. Outro ponto que se assemelha com a vida urbana, e o fluxo de veículos entre as quatro comunidades indígenas, pois existir uma estrada com asfaltamento até os limites da Terra indígena da Barreira do Meio, esse asfaltamento parcialmente foi por motivos e divergências entre os comunitários e o poder público municipal. No momento presente, há uma divisão interna na Terra indígena da Barreira das Missões entre as quatro comunidades indígenas, a Barreira de Cima onde moram os Ticunas, a comunidade Betel, moram os Kambebas, a Barreira do Meio, moram os Ticunas e na Barreira de Baixo, moram os indígenas da etnia Cocama, esses desmembramentos possuem um cunho econômico, cultural, e ideológico, essas divisões territoriais estão relacionadas com a gênese da formação da terra indígena por povos diferentes. Observa-se que as quatro comunidades possuem características distintas em relação ao uso da terra mesmo estando dentro de um mesmo território de 1.772 ha. Como mostra a carta imagem;

moradias e a parte estrutural da comunidade apresentam algumas imperfeições como, por exemplo, das quatro comunidades essa é a única que tem uma escola estruturalmente de madeira. Nesse sentido fica claro que a memória também é um elo importante na apropriação e manutenção de um grupo de determinado território e na sua construção indentária. Nesse contexto Haesbaert, argumenta que;

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (2010, p. 22).

Dentro das premissas do autor compreende-se que a territorialidade e especificamente humana, é carregada de estratégias usadas para controlar áreas e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos, conforme relatos de Carioca (2021) essas territorialidades correspondem às relações sociais cotidianas, no trabalho, nas relações familiares, na Igreja, nas lojas, na produção, na escola etc. Estas relações que ocorrem dentro de uma determinada territorialidade é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado lugar. Com isso compreende-se que a territorialidade se manifesta em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Um dos primeiros porquês dessa divisão territorial está ligado com a gênese do apoderamento da terra indígena e suas relações identitárias, que ocorreu por vários migrantes vindo de outras regiões. Esses migrantes trazem consigo culturas próprias daquelas regiões onde estavam instalados, por isso a comunidade apresenta essa divisão administrativa interna. Nesse sentido, parafraseando Haesbaert (1999), afirma-se que os povos sofrem transformações em tempos de globalização, podendo apresentar-se como: A) Identidades globais, marcadas pelos aspectos da globalização, e homogeneização cultural, parencas<sup>5</sup> essa que em função da globalização, perderam suas



Fonte: USG Earth. Explorer, OpenStreetMap (2021). Org. Carioca, 2022

**Figura 3. Divisão entre as comunidades Indígena**

As quatro comunidades por terem sido apropriadas por povos diferentes possuem visões distintas sobre o uso da terra. A Barreira de Baixo, Barreira do Meio e Betel, estão mais ligadas aos movimentos políticos com a cidade de Tefé. Essa aproximação com o centro urbano reflete na infraestrutura das comunidades e na produção. Já a Barreira de Cima, não possui uma ligação direta com a prefeitura de Tefé e seus projetos de desenvolvimento, logo as

características particulares e, passaram a ser muito similares a outras, refletindo no comportamento dos sujeitos, nos produtos e serviços que utilizam nos seus hábitos alimentares, entre outros aspectos. B) Identidades pluriculturais, uma fusão do global/universal e

<sup>5</sup>Parencas: Dicionário BARSAs, Qualidade de parecido; semelhança de fisionomia entre pessoas ou coisas.

local/particular. São as identidades que tem interferência do global, sem perder sua essência particular. C) Identidades de resistência são aquelas marcadas por um profundo reforço de antigas memórias da coletividade. Éas identidades que resistem ao processo de homogeneização fruto da globalização, mantendo-se tal qual foi concebida ou muito próxima a isso. Essas identidades desenvolvem-se de maneira distintas nas quatro comunidades indígenas conforme o avanço tecnológico, verifica-se essas mudanças nas estruturas das casas dos comunitários, no padrão de vida e no transporte, quando mais próxima ao centro da cidade ou da estada mais influência ela tem do meio externo. Como mostra a tabela a baixo:

**Tabela 1. Quantitativo de estruturas de alvenaria e Madeira**

| <b>Barreira de Baixo</b>     |         |
|------------------------------|---------|
| Etnia                        | Cocama  |
| Números de casas             | 62      |
| Casas de alvenaria           | 12      |
| Casas feitas de madeiras     | 50      |
| Escolas Alvenaria            | 01      |
| <b>Barreira de Meio</b>      |         |
| Etnia                        | Ticuna  |
| Números de casas             | 48      |
| Casas de alvenaria           | 03      |
| Casas feitas de madeiras     | 45      |
| Escolas Alvenaria            | 01      |
| <b>Betel</b>                 |         |
| Etnia                        | Kambebe |
| Números de casas             | 43      |
| Casas de alvenaria           | 03      |
| Casas feitas de madeiras     | 40      |
| Escolas Alvenaria            | 01      |
| <b>Barreira de Cima</b>      |         |
| Etnia                        | Ticuna  |
| Números de casas             | 50      |
| Casas de alvenaria           | 00      |
| Casas feitas de madeiras     | 50      |
| Escolas estrutura de madeira | 01      |

Fonte: Carioca, 2022

Por estarmais próxima a Estrada e ter um fluxo maior de veículos e pessoas a comunidade da Barreira de Baixo, possui uma infraestrutura diferenciada em relação às outras comunidades isso devido à intensificação do capitalismo comercial propiciada pela estrada e suas práticas, em consequência espaços foram sendo apropriado e usado para inúmeros fins agregando valor com o passar do tempo. Destacase a partir do quadro acima as diferenças entre o quantitativo de casas de madeira e alvenaria entre as terras indígenas, essas diferenças no padrão das moradias da comunidade são características do sistema econômico capitalista: a desigualdade de renda. Nesses grifos não cabe discussão a fundo as relações de produção das terras indígenas, apenas fazer uma relação superficial dos produtos produzidos pelas quatro comunidades. Destacamos que de maneira geral, o foco delas está na produção de alimentos para subsistência como: a farinha de mandioca, açaí, cupuaçu, cará e castanha do Pará, a maioria desses produtos é consumida nas próprias comunidades, disponibilizando para a venda apenas o excedente. No entanto, algumas comunidades como a Barreira de Cima e a Barreira de Baixo já estão introduzindo o cultivo das plantas, como a da família (Carapa guianensis Aubl.), conhecida popularmente como Andiroba para retirada do óleo para a venda, o cacique afirma que *“essa iniciativa vai trazer um complemento na renda dos aldeados no futuro, e buscam incentivos e parcerias com empresas e instituições para divulgação dos seus produtos”*<sup>6</sup>. Outro vegetal (palmeira) introduzido prioritariamente pela Barreira de Cima, que não é oriunda da nossa região foi a da família das (Bactris setosa) conhecida popularmente como “Tucum”o cacique ressalta que *“o tucum vai ampliar as opções de artesanato produzido*

*pelos moradores, consequentemente aumentando a renda dos comunitários.”*<sup>7</sup>

A partir dos argumentos dos caciques percebe-se uma preocupação com a qualidade de vida dos indígenas, segundo os caciques, apesar de os índios buscarem melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego e a principal renda vem da produção de farinha, da coleta de frutos e do artesanato. A partir do trabalho de campo, foi observado que a Barreira de Baixo e a do Meioalgumas casas possuem cercas confeccionadas de madeiras, demarcando um possível território, passando uma ideia de posse, isso de acordo com Bourdieu (2010, p. 83) *“a relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, é uma relação de posse, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui.”* Esse tipo de prática é característica própria do capitalismo, com isso percebe-se que quando mais próximo da estrada da EMADÉ ou de uma área de influência maior o processo de reestruturação. Conforme Carioca (2022), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), juntamente com o Governo Federal, vem lutando para identificar, demarcar, regularizaras terras indígenas presente no território brasileiro. Conforme o estatuto n° 9,010, de 23 março de 2017, inciso VII, cabe a FUNAI *“promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, conforme a realidade de cada indígena”*, essas políticas de desenvolvimento são de extrema importância para os povos indígenas, é por meio delas, que os aldeados têm uma nova visão de produção, fazendo uso de máquinas agrícolas e aparelhos tecnológicos degradando menos e produzindo mais de forma sustentável.No entanto ao se inserir um novo meio de produção, acelera a ruptura do antigo para o novo.

Esse novo olhar sobre a produção é visto pela sociedade contemporânea como uma coisa ruim, pois muitos ainda têm uma visão distorcida do índio, aquela mais ligada ao *“índio primitivo ou homem da floresta”*, desconsiderando a evolução do homem. Em contrapartida, na atual narrativa em que o mundo se encontra, as sociedades capitalistas criam essa imagem de *“índios primitivos”*, na tentativa de civilizá-lo e, assim que eles adotam práticas ocidentais, argumentam que eles não são mais indígenas e, portanto, não têm direito a terra. Para muitos estudiosos o uso de tecnologias não impede que os indígenas reproduzam seus modos de viver. Alguns antropólogos afirmam justamente o contrário: que populações indígenas se utilizam de *“coisas”* da sociedade ocidental conforme suas próprias regras e de forma a fortalecer seus próprios meios de ver o mundo. Essa problemática deve ser estudada a fundo, talvez ainda não se tenha superado às ideologias impregnadas na sociedade pelo colonizador durante esses cinco séculos centralizados no homem branco predominante sobre outras raças.

**A Reorganização do território indígena da barreira das missões a partir de 1982 com implementação da estrada da emade:** A ciência geográfica estuda a superfície terrestre e a relação dela com seus habitantesbusca compreender como e onde vivem os homens, as plantas e os animais, os fenômenos climáticos, as formações terrestres, os recursos hídricos e as cidadesA ciência geográfica segundo Ruy Moreira (2008 p.109), *“busca na paisagem (a imagem) os detalhes que tenham constância, (...) para encontrar os padrões que levam à evidência da organização do espaço”*. Nesse cenário, a Geografiabusca explicar a dimensão e a disposição das coisas no espaço utilizando a localização desses fenômenos, assim como as relações que estão por detrásda imagem, extraindo dela a estrutura de classe do capitalismo e suas configurações, colocando em foco o ordenamento territorial das classes sociais. No que tange a metamorfose de um espaço (território), dentro de um complexo sistema de mudanças na base tecnológica e no setor organizacional de território, destacar-se as contribuições de Sousa, (2015, p.126), *“o processo de reestruturação não se restringe à área diretamente em que*

<sup>6</sup>TANANÃ, Emegardo Trapézio: depoimento [março. 2022]. Entrevistador: Carioca. F. C. Tefê-Am: Cest-UEA, 2022. Entrevista concedida ao projeto de conclusão de curso em Geografia do CEST-EUA.

<sup>7</sup> GALIBALDE, Gregório: depoimento [março. 2022]. Entrevistador: Carioca. F. C. Tefê-Am: Cest-UEA, 2022. Entrevista concedida ao projeto de conclusão de curso em Geografia do CEST-EUA.

ele ocorre, mas também interfere nas áreas de seu entorno ou, ainda, para onde se estendem as relações sociais e econômicas estabelecidas”. Dentro desse quadro ao se instalar esse projeto/objeto através das empresas, acabam impondo seu modo de produção aos moradores dessas localidades, as comunidades que os rodeiam acabam sendo de forma direta e indireta obrigando-os a modificar seu modo de produção causando uma ruptura entre o novo e o antigo modo de produção, esse processo cria novos meios de produção e reprodução de uma sociedade. Dentro dessa narrativa apresentada por Souza (2015), afirma-se que a reestruturação do espaço/território pode ser compreendida quando se consideram as mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas, espaciais e no transporte de uma região, que alteram as relações sociais e de produção. Tendo como base as premissas de Milton Santos (1988 e 2014) e Isaque Souza (2015), afirma-se que quando é implantada uma estrada como a da EMADE para escoação da produção, há um aumento na circulação de pessoas, produtos e mercadorias, ao mesmo tempo, que produz a valorização do espaço. Esse processo de remodelação pode ser observado a partir das mudanças no sistema de transporte da terra indígena das Barreiras das Missões, a estrada se apresenta como uma nova realidade e possibilidade faz parte agora do cotidiano dos aldeados a moto, o carro, o caminhão, o ônibus com alternativas de locomoção e de transporte da produção.

Antigamente os indígenas utilizavam apenas o sistema fluvial por meio de pequenos barcos de motor de popa para vender na feira seus produtos agrícolas e osextraídos da natureza, ou para resolver algum problema na cidade, como assistência técnica, conta bancária, aposentadoria dos idosos, reunião sindical ou de fins religiosos. Constatou-se que a criação da estrada da EMADE, aumentou o fluxo de pessoas para a terra indígena, com isso surgiram algumas demandas de consumo, em consequência disso apareceram vários mercearias e mercadinho ao longo da estrada e dentro das comunidades, esses pequenos estabelecimentos possuem características próprias, são em geral pequenas casas de moradia feita de madeira, onde o morador separa um cômodo para vender seus produtos, nesses pequenos estabelecimentos você pode encontrar de tudo: estivas, gasolina, matérias de pesca e objetos dos mais variados tipos. Tendo como fundamento as concepções de Souza (2015), aponta-se que a reestruturação espacial e econômica, que aconteceu na área da pesquisa, intensificou conforme a organização da produção e se modificou atrás dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento dos transportes. Vale ressaltar que são modificados nesse processo os ambientes construídos ao logo do tempo. Como afirmaSmith(1988), quando esclarece que, “Determinado ambiente construído expresso uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica também se modifica a configuração do ambiente construído”(p.20). Em conformidade com o instituidor podemos afirmar que as mudanças na organização do espaço, na produção e circulação podem ser observadas na comunidade, elas foram intensificadas a partir da Empresa Amazonense de Dendê, através da estrada da EMADE, essas mudanças não envolvem apenas os aspectos estruturais da terra indígena, mais também os culturais.

A Empresa Amazonense de Dendê, por meio de um novo olhar sobre a produção de palmáceas em território tefeense, passou a remunerar os agricultores parceiros, essa dinâmica reorganizou o espaço produtivo em sua área de atuação, causando a ruptura do antigo modo de produção da comunidade, que antes era baseado na produção de alimentos básicos, com ênfase na farinha de mandioca. Para essa produção era comum os comunitários utilizarem a prática do “ajuri”, na preparação da terra para o plantio, em que as famílias se reuniam em prol de um só objetivo que é a produção de subsídio para a subsistência dos familiares. Com a influência do assalariamento adotado pela EMADE, no presente momento a prática do “ajuri” tornou-se quase extinta, em consequência emerge uma nova categoria de trabalho, o diarista, que passa a receber uma quantia para limpeza da roça, ou serviços em geral. Essa substituição de trabalho coletivo pelo particular das famílias caracteriza a autonomia privada do modo de produção capitalista. Wallerstein (2001, p.131) salienta que essa organização do trabalho “colocar ênfase na iniciativa individual, a

civilização capitalista atrelou o interesse pessoal ao florescimento e à manutenção do sistema” esse sistema suprime o modo de produção através de cooperativas e foca no individual, provocando em agente um sentimento de competição, característico do sistema. Segundo dados do INPE os projetos de infraestrutura, as estradas são importantes para estimular a economia, integrar locais distantes e prover acesso a serviços públicos, como escolas e hospitais. Nesse contexto, Milton Santos (2014, p. 25), ressalta que “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista.” Esse tipo de desenvolvimento quando não são acompanhadas de políticas de desenvolvimento sustentável, podem ser indutoras da devastação, como tem ocorrido em todo o Brasil e no mundo. Na Amazônia, nenhum outro tipo de empreendimento de infraestrutura é tão responsável pelo desmatamento: 75% dele ocorrem em uma faixa de até 20 quilômetros ao redor das rodovias e estradas (INEP, 2020). Em 1997 a Prefeitura Municipal iniciou a abertura da estrada, e nesse mesmo período, a Prefeitura autorizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé – STRT a fazer a distribuição dos lotes para as famílias. Como mostra a carta imagem.



Fonte: USG Earth. Explorer, OpenStreetMap (1998). Org. Carioca, 2022.

**Figura 4. Estradas da EMADE**

Vale ressaltar que inicialmente a estrada foi feita apenas para o escoamento da produção da empresa, no entanto na tentativa de dinamizar a área entre a empresa e a cidade foi concluída toda sua extensão da estrada em 1998. Desse modo, Santos (2014, p.25) ressalta que “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista.” Com isso surgiu um novo modal de transporte para os indígenas e moradores dos arredores, o rodoviário, em consequência aumentou o fluxo de veículos em direção à comunidade, esses veículos além de transportar a produção agrícola, madeira e mercadorias, servem para transportar pessoas inclusive indígenas da TI da Barreira das Missões. Outro ponto que merece ênfase, no que tange o processo de metamorfose do território e moradores foi à implementação do Programa Luz para todos do Governo Federal, esse projeto propiciou um grande avanço, pois o fornecimento de energia elétrica nessas localidades mudou a perspectiva dos moradores. Agora com iluminação, eles podem bombear água, refrigerar alimentos e bebidas, além de melhorar a iluminação da comunidade e dos postos de saúde e escolas. Sendo assim, os impactos do projeto apresentam-se de forma positiva na melhoria da qualidade de vida e acesso as condições básicas para o exercício da cidadania dos comunitários. Nesse sentido, Fournier e Pentead (2008) argumentam que o acesso à energia se tornou fator indispensável ao desenvolvimento e ao bem-estar individual e coletivo. Tendo como base os argumentos do autor, afirma-se que a utilização de energia elétrica como vetor de desenvolvimento social da comunidade das Barreiras das missões, por diversos meios digitais, sobretudo pela televisão felicitou a informação e consequentemente a integração desses indígenas nos programas sociais do governo federal.

**Relação Índio e Moradores Das Margens da Emade:** Nesse tópico foi abordada de modo superficial a relação do termo “índio” perante

algumas falas observadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Tendo como base algumas pronúncias como: “*tu és todo índio*” “*sai daqui seu burro*” “*todo índio é preguiçoso*.” A partir desses termos percebe-se que em pleno século XXI os índios sofrem condenações a respeito do território e identidade. Pois algumas pessoas veem o índio ainda como um indivíduo primitivo. Como afirma Ladeira,

O termo “índio” é um grande e errôneo hábito que todos usam, é algo forjado desde o início da descoberta do Brasil. Como sabemos, os índios foram os primeiros habitantes do território brasileiro. Possuem costumes, hábitos e língua diferentes dos nossos. (...) a palavra índio, em seu uso mais geral e cotidiano, cristalizado no senso comum, constitui um indicativo de um estado cultural, (...) que em diferentes contextos o podem vir substituir – silvícola, aborígene, selvagem, primitivo, entre outros. Todos carregados com um denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização, possuidor de uma cultura rudimentar, pouco evoluído caracterizado dos primórdios da humanidade. (2002, p.4).

Ao se perguntar “*como você definiria um indígena?*” A algumas pessoas fora do ambiente da pesquisa tivemos alguns argumentos, no entanto controversos como a resposta da entrevistada N<sup>8</sup>, “*é aquele homem que usa pena na cabeça, com arco e flecha e vive nua na floresta*” maioria das respostas ainda liga o termo índio como alguém que vive na floresta em total isolamento. Nesse sentido, Gonçalves (2006), ressaltar que a relação da sociedade contemporânea perante o conceito de meio ambiente é dúbia com a natureza, pois se paramos para fazer uma análise de algumas falas de pessoas fora do ambiente de pesquisa, percebe-se que, a natureza apresenta-se como uma coisa danosa, como por exemplo, “*Não adianta explicar, ele é uma anta mesmo.*” “*Ela é uma piranha*” “*tu és um veado mesmo.*” “*Háurubu*” Os termos são utilizados com palavras pejorativas para ofender pessoas, dessa forma entende-se como a natureza fosse algo ruim. Além disso, ao analisar outras falas como “*Eu quero uma casa no campo*”. “*Quem dera ter um sítio na estrada*”. “*Há se eu tivesse uma chácara com um igarapé para descansar nos finais de semana.*” Dessa forma percebe-se que a natureza se apresenta como algo belo. Assim sendo a natureza apresenta-se como um lugar propício para uma vida tranquila, longe da correria dos grandes centros urbanos. Em relação à terra, os (Caciques/pajés) líderes das quatro comunidades dentro da terra indígena, afirmam que é um lugar de sobrevivência onde eles podem manter as crenças e costumes e suas orientações espirituais. Nesse sentido, segundo Dardel;

[...] o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, que lhe dá corpo e assinala a cada existente o seu lugar. É a Terra que, podemos dizer, estabiliza a existência. [...] A Terra é, por excelência, para o homem, como destino, a circunstância (*circumstare*), aquilo que se ergue à sua volta e mantém sua presença como engajamento no Ser. (DARDEL, 2011, p. 43).

Conforme pesquisa realizada por Carioca (2021) os índios - TICUNA, CAMBEBA e COCAMA possui uma visão única em relação à definição de território e terra segundo eles não se traduz apenas em aldeia, mas sim, em lugar para viver, plantar e manter os costumes, ou seja. Na visão indígena a terra não só serve para produzir e acumular riquezas como prega o capitalismo, mas de subsistência espiritual e identidade fornecedora da base para manter a vida. Esses argumentos estão alinhados com a Constituição Federal, no seu artigo 3º do Decreto nº 6040, de 7/02/2007, define territórios tradicionais da seguinte forma:

Espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito

aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas regulamentações. (Brasil. decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007)

No presente cenário em que o Brasil se encontra, os índios tentam a qualquer custo mesmo em infraestruturas precárias manter uma luta articulada. Em forma de grandes redes de resistência, conhecimento, reflexão e alianças que passam pela COICA – Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia, pela COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, pelo GTA – Grupo de Trabalho Amazônico e pelos recentes encontros do Fórum Social Pan Amazônico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, consideramos que desde o século XVI, até nos dias atuais sempre houve e a estratégia política que exerceram domínio sobre os povos indígenas que habitam a região. No entanto, uns dos avanços mais significativos sobre a narrativa foi o transcrito na Constituição de 1988, em que assegurou a conquista e garantia de direitos pelos povos indígenas no Brasil, ao território, respeito e a proteção à cultura das populações originárias, reconhecendo seu modo de vida, de produção, de reprodução da vida social e sua maneira de ver o mundo. Outro marco histórico foi a criação do órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça Pública e a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Segundo o seu estatuto publicado pelo Decreto nº 9.010, de 23 março de 2017 cabe a (FUNAI) promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Promovendo ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Apesar das leis de amparo aos territórios indígenas, esses povos são ameaçados constantemente, seja por garimpeiros ou por grandes projetos desenvolvidos com parcerias do Estado, capital e as grandes empresas. Exemplo disso foi a criação da usina hidrelétrica de Balbina, inaugurada em 1989 a implementação desse projeto levou o povo Waimiri-Atroari a sofrer uma série de impactos que vai do territorial ao social. (Schwadee Reis, 2012). Vale ressaltar que na maioria das vezes torna-se simples a implementação desses projetos/objetos na Amazônia, uma vez que o Estado tem influência direta na gestão do seu território. Outrossim, está relacionado com os incentivos fiscais e promessas de desenvolvimento local propiciado por essas empresas. Na cidade de Tefé-AM, esse projeto veio através da EMADE, empresa que introduziu o plantio do dendzeiro na região, a pesar do clima e solo ser propício para o plantio, o projeto nasceu e morreu no município, vale evidenciar que não foi extraído nenhum litro de óleo de dendê. Com a fim do projeto por falta de investimentos e interesse político, no decorrer do tempo muitas famílias que trabalhavam na EMADE e outros posseiros se estabeleceram no local, formando pequenas vilas e comunidades e desenvolvendo uma agricultura familiar intensa e diversificada em lotes que variam de cinco a 15 hectares, baseada em culturas como mandioca e macaxeira, milho, feijão, frutíferas nativas, abacaxi, maracujá e banana, entre outros (Biondi, Monteiro. Glass, 2008).

Contraopondo a essa ideia, os moradores dessas localidades se organizam através de associações, sindicatos, grupos sociais e cooperativos. Na tentativa de frear esses tipos de exploração, em que o acúmulo de riqueza sobressai a vida humana. Exemplo disso foi o ocorrido pelos líderes indígenas Waimiri-Atroari:

Mario Parwé Atroari e Viana Womé Atroari denunciaram a situação ao Presidente da República, José Sarney que, no entanto, ao invés de garantir a segurança aos índios, facilitou a

<sup>8</sup> TODOC, Tyflen Guaco: depoimento [janeiro. 2022]. Entrevistador: Carioca. F. C. Tefé-Am: Cest-UEA, 2022. Entrevista concedida ao projeto de conclusão de curso em Geografia do CEST-EUA.



invasão do seu território. Além de manter na Terra Homologada a exclusão do território invadido pela mineradora Parapanema e a área inundada pela Hidrelétrica de Balbina, e autorizar a construção de uma hidrelétrica para a mineradora onde viviam os grupos indígenas isolados (Schwade e Reis p.14).

No atual tempo presente não é diferente, os indígenas enfrentam e lutam pelo direito a terra, pois a atual gestão do Governo Federal tem visto a Amazônia como um potencial mercado para desenvolver projetos de exploração, sobretudo na Amazônia brasileira. Mesmo estando organizados em 97 organizações (Marcio Silva 2010), os indígenas amazônicos, ficam vulneráveis as determinações do Estado. Como, por exemplo, a PL 191, o regulamento do § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas (Câmara Legislativa dos Deputados, 2021). Tendo como base os argumentos dos Deputados para a aprovação, percebe-se que o problema está no modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil de exploração dos recursos naturais para produção commodities destinados ao consumo externo, essas práticas de produção por muitas vezes, para aumentar sua área de plantio desconsidera as populações tradicionais residentes nessas localidades, causando vários conflitos pela posse da terra.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. Ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- \_\_\_\_\_. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.
- \_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>.
- Antônio Biondi, Mauricio Monteiro Verena Glass. O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Palmáceas, Algodão, Milho e Pinhão-manso. Impresso no Brasil. Distribuição gratuita, setembro de 2008, ISBN 978-85-61252-04-5.
- BETING, Joelmir. “Política Econômica - O Desenvolvimento Econômico e a Integração Econômica Setorial e Nacional”. In WIEDEMANN, Gen. Luiz Felipe da S. (org.) Brasil: Realidade e Desenvolvimento. São Paulo: Sugestões Literárias, 1973.
- BOURDIEU, P.O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- Brasil. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.
- Brasil. Ministério da Justiça – MJ. Homologa a Demarcação administrativa da área indígena barreira da missão, no estado do Amazonas. D.O. 30/10/1991.
- Carioca, Cleimison Fernandes, AREESTRUTURAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DA BARREIRA DA MISSÃO, NO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM, *Geographia Opportuno* Universidade Estadual de Londrina EISSN: 2358-1972 Volume 7, Número 1, 202.
- DARDEL, E. O homem e a terra: Natureza da realidade geográfica. São Paulo, Perspectiva, 2011.
- FAULHABER, Priscila. Estrutura fundiária e movimentos territoriais no Médio Solimões- Notas preliminares. Departamento de Ciências humanas, Museu paraense Emilio Goeldi/CNPQ/MCT, 1987.
- FAULHABER, Priscila. O Lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/ Amazonas. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1998.
- FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). *Tastevin e a Etnografia Indígena*. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2005
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Quando a cidade atraca nas aldeias: Barreira da Missão, Tefé – AM. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, BA: Associação Brasileira de Antropologia, 2008.
- FOURNEIR, A. C. P. PENTEADO, C. L. C. Eletrificação rural: desafios para a universalização da energia. In: XII Congresso Brasileiro de Energia, 2008, Rio de Janeiro Desafios do setor energético brasileiro. Rio Janeiro, 2008. v. I. p, 373-387.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente/ Carlos Walter Porto Gonçalves, 14. ed. – São Paulo: contexto, 2006. (Temas atuais)
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.
- HAESBAERT, R. Região, Diversidade Territorial e Globalização. *Geographia* – Ano. 1 – No 1 – 1999
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Atlas do Censo 2010. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, atlas do censo Indígenas, 1991, 2000 e 2010, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LADEIRA, M.E. Conceitos da antropologia que devem fundamentar um trabalho com populações indígenas. Centro de trabalho indigenista- CTI, 2002.
- Marcio Silva. Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevoo Ponto Urbe [online], 7/2010, posto online no dia 31 dezembro 2010, consultado o 10 dezembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1650>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1650>.
- Moran, Emilio F, 1946-M829e. Ecologia Humana das populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- Moreira, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, 1 ed, 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2008.
- OLIVEIRA, José Ademir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. São Paulo: Contexto, 1999.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. A formação histórica do território tefeense. 1 ed. Curitiba: CRV, 2015.
- QUEIROZ, Raimundo Claudemir Bezerra de Queiroz. História de Tefé para Estudantes. Editoração Eletrônica, 2018. 278p.
- SANTOS, Milton, 1926-2001. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, 4 ed. 8. Reimpr., - São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- Santos, Raimundo Nonato Freitas. Do Lugar e representação: um estudo sobre o bairro do Abial no município de Tefé/AM – Manaus: UFAM, 2012.
- Schwade Egydio. Reis. Wilson C. Braga 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI-ATROAR, Manaus, 17 de outubro de 2012. Comitê da verdade, memória e justiça do Amazonas.
- Smith, Adam. A RIQUEZA DAS NAÇÕES. Primeiro Volume - Livro Primeiro - Capítulo I a VI (Do livro: "A Riqueza das Nações", Adam Smith, volume I, Nova Cultural, 1988, Coleção "Os Economistas", pág. 17-54).
- SOUSA, Isaquedos santos; A ponte do Rio Negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus: um olhar a partir de Iranduba a Manacapuru, Editora Reggo/UEA Edições, 2015.
- WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico e Civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.